

A Evolução de Vilhena Contextos Históricos, Geográficos e Político-Administrativos e suas Contribuições para o Desenvolvimento Urbano e as Transformações no Processo de Emancipação

Mariana Pereira Soares¹, Silvana Afonso Costa², Fernando de Matos e Silva³

¹UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Brasil
(soaresmarianapereira@gmail.com)

²UNIFAP - Universidade Federal do Amapá, Macapá, Brasil

³UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Brasil

Resumo: Este artigo analisa a formação histórica e urbana de Vilhena (RO), destacando a colonização incentivada, a construção da BR-364 e seu papel como polo regional. Aborda desde sua origem como posto telegráfico até os desafios atuais de urbanização, desigualdades e falta de políticas públicas. Com base em autores da geopolítica amazônica, propõe planejamento urbano inclusivo e sustentável, refletindo as contradições da ocupação da Amazônia.

Palavras-chave: urbanização; Amazônia; planejamento urbano; colonização; Vilhena.

CONTEXTUALIZAÇÃO

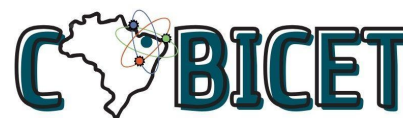
O estado de Rondônia, localizado na região Norte do Brasil, com sua criação ocorrendo em 1981. Sua história e dinâmica urbana estão fortemente ligadas ao processo de ocupação da Amazônia, principalmente a partir da construção da BR-364 nos anos 1960, que facilitou a migração de pessoas de outras regiões. Desde sua formação, as cidades de Rondônia passaram por intensas transformações urbanas, impulsionadas por fatores históricos, geográficos e políticos - administrativos que moldaram sua identidade e desenvolvimento. Segundo Souza (2021), a colonização da década de 1970 em Rondônia foi fortemente impulsionada por projetos de assentamentos do governo federal, tendo a BR-364 um papel fundamental nesse processo. Nesse sentido, Martine (1991) observa que Rondônia foi uma das regiões que mais experimentaram crescimento populacional acelerado devido à migração em busca de terras.

O estado de Rondônia, localizado na região Norte do Brasil, possui uma história rica e singular, marcada por transformações. Desde a sua colonização até os dias atuais, as cidades rondonienses vivenciaram mudanças que envolvem aspectos históricos, geográficos e políticos-administrativos. Essas transformações impactaram diretamente o desenvolvimento urbano, social e econômico da região, refletindo as especificidades de sua ocupação e crescimento.

A cidade de Vilhena, situada no Cone Sul de Rondônia, é um dos principais polos econômicos e urbanos do estado. A sua história e evolução política - administrativa são marcadas por transformações que ocorreram ao longo de várias décadas, desde sua fundação até os dias atuais. A cidade, inicialmente uma pequena vila, foi se consolidando com a instalação de obras de infraestrutura e a implantação de políticas públicas que fomentaram seu crescimento urbano e populacional.

A finalidade deste artigo visa investigar e compreender os processos históricos, políticos e administrativos que influenciaram a formação e o desenvolvimento de Vilhena, destacando os principais eventos, decisões e fatores que moldaram a cidade e sua evolução como município. A pesquisa se propõe a analisar o impacto das políticas públicas, o processo de emancipação política e os desafios enfrentados ao longo do tempo, como a gestão urbana e a implementação de infraestrutura.

Rondônia é um estado de grande relevância para o Brasil, principalmente em função de sua localização estratégica e do impacto que teve na ocupação e exploração da Amazônia. Sua história está intimamente ligada ao ciclo da borracha e à construção da BR-364, que atraiu grandes fluxos migratórios e acelerou a urbanização. O estudo das transformações urbanas nas cidades de Rondônia é fundamental para compreender como as especificidades da região influenciam o desenvolvimento urbano e social. A urbanização



acelerada, motivada pela construção de infraestrutura e pela chegada de migrantes, gera complexos desafios nas áreas de mobilidade, habitação e sustentabilidade.

Vilhena é uma das mais importantes cidades de Rondônia, com papel destacado no desenvolvimento econômico e social do estado. No caso de Vilhena, Wojciechowski (2015) analisa que o crescimento urbano do município está diretamente relacionado à intensificação agrícola e à ampliação de áreas anteriormente voltadas à pecuária. Ainda sobre a configuração urbana, Nogueira et al. (2015) destacam que a expansão desordenada gerou desafios significativos de infraestrutura e segregação socioespacial. Com uma população crescente e uma infraestrutura que vem se modernizando, entender os processos históricos e políticos que guiaram a evolução da cidade é fundamental para a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades contemporâneas da população. Além disso, a análise da evolução política e administrativa permite refletir sobre os desafios enfrentados por Vilhena ao longo do tempo e como eles foram superados, fornecendo uma base para o planejamento do futuro da cidade.

ENTRE FRONTEIRAS E CAMINHOS: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DE RONDÔNIA

A formação territorial e urbana de Rondônia é resultado de uma complexa interação entre iniciativas estatais, interesses econômicos e fluxos migratórios. Desde os primeiros registros de ocupação, a região foi palco de disputas geopolíticas e estratégias de integração nacional que moldaram seu espaço geográfico e social.

No século XVIII, a construção do Forte Príncipe da Beira, às margens do rio Guaporé, simbolizou a tentativa da Coroa Portuguesa de consolidar sua presença na região fronteiriça, diante das ameaças espanholas e das resistências indígenas. Esse marco inicial de ocupação foi seguido por ciclos econômicos, como o da borracha no final do século XIX e início do XX, que atraíram migrantes nordestinos para os seringais amazônicos, alterando significativamente a demografia local.

A década de 1970 marcou um período de intensificação da ocupação, impulsionada por políticas de colonização promovidas pelo governo federal. Programas como o Projeto Integrado de Colonização (PIC) visavam distribuir terras e incentivar a migração para a Amazônia, especialmente para Rondônia. Segundo Gromann de Gouveia e Gouveia Neto (2023), essas iniciativas buscavam não apenas o povoamento, mas também a formação de infraestrutura básica, como escolas e

postos de saúde, embora muitas vezes insuficientes para atender à demanda crescente. A construção e pavimentação da BR-364 foram fundamentais nesse processo, facilitando o acesso e a mobilidade na região. A rodovia tornou-se o eixo estruturante da rede urbana de Rondônia, conectando núcleos urbanos e promovendo a expansão de cidades como Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena. Coy (1988) identifica três gerações urbanas em Rondônia: os núcleos tradicionais ao norte, os núcleos pioneiros ao longo da BR-364 e as cidades surgidas em áreas de assentamento nos eixos secundários da colonização.

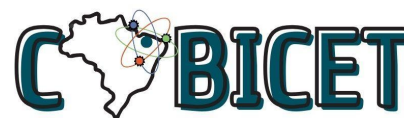
A dinâmica de ocupação da Amazônia, conforme descrita por Margulis (2003), pode ser dividida em duas frentes: a especulativa e a consolidada. A primeira caracteriza-se por uma ocupação inicial, com desmatamento e produção de subsistência, enquanto a segunda envolve atividades econômicas estruturadas, como a agropecuária. Em Rondônia, essa transição foi evidente, com a expansão da pecuária bovina e a introdução de práticas agrícolas capitalistas no meio rural.

A urbanização acelerada trouxe desafios significativos, como a pressão sobre os recursos naturais e a necessidade de planejamento urbano eficaz. A falta de infraestrutura adequada em muitos assentamentos resultou em problemas sociais e ambientais, evidenciando a complexidade do processo de integração da região ao restante do país. Em suma, a construção histórica e geográfica de Rondônia reflete uma trajetória marcada por iniciativas estatais de integração, interesses econômicos e movimentos migratórios. A compreensão desses processos é essencial para analisar as transformações urbanas e os desafios contemporâneos enfrentados pelo estado.

VILHENA EM PERSPECTIVA: TRAJETÓRIAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS E EXPANSÃO URBANA

A trajetória de Vilhena, município situado no Cone Sul de Rondônia, exemplifica os desdobramentos das políticas de integração nacional e ocupação da Amazônia promovidas pelo Estado brasileiro ao longo do século XX. A origem do município remonta à instalação de um posto telegráfico da Comissão Rondon, por volta de 1910, o que configurou um dos primeiros marcos de presença estatal na região. O nome "Vilhena" foi atribuído em homenagem a Álvaro Coutinho de Melo Vilhena, engenheiro e ex-diretor dos Correios e Telégrafos (Prefeitura Municipal de Vilhena, 2025).

Nas décadas seguintes, especialmente a partir de 1960, a cidade passou a integrar os planos de colonização impulsionados pelo INCRA, no contexto



da expansão da fronteira agrícola e da construção da BR-364. A rodovia foi decisiva para atrair migrantes de diversas regiões do Brasil, sobretudo do Sul e Sudeste, em busca de terras e novas oportunidades. Como destacam Reis, Silva e Assis (2017), esse processo envolveu tanto incentivos estatais diretos, como a doação de lotes, quanto ações privadas de especulação fundiária, o que gerou conflitos e desigualdade no acesso à terra. Em 1969, Vilhena foi elevada à categoria de distrito de Porto Velho e, posteriormente, conquistou sua emancipação política por meio da Lei nº 6.448, de 11 de novembro de 1977, sancionada pelo então presidente Ernesto Geisel. A consolidação da cidade como município autônomo refletia não apenas o crescimento populacional, mas também sua crescente importância econômica e administrativa na região (Martins; Farias, 2019).

Ao longo dos anos 1980 e 1990, Vilhena passou por uma expansão urbana acelerada, sustentada sobretudo pela produção agropecuária, com destaque para a pecuária de corte e o cultivo de soja. No entanto, essa expansão se deu de maneira muitas vezes desordenada, sem o devido planejamento urbano, gerando desigualdades espaciais e problemas estruturais. Nunes (2018) observa que a polarização regional de Vilhena contribuiu para uma urbanização rápida, porém com carência de infraestrutura básica e serviços públicos adequados em suas zonas periféricas.

Além do crescimento físico, o município também passou por transformações simbólicas. A presença de nomes de ditadores militares em ruas e avenidas revela a forte influência da ditadura na constituição dos espaços públicos e na memória coletiva local. Martins e Farias (2019) analisam como essa nomeação contribui para a legitimação histórica de um regime autoritário, perpetuando valores excludentes em espaços que deveriam refletir a diversidade da população.

A reestruturação da administração pública municipal, formalizada por leis como a nº 5.205/2019, buscou modernizar a estrutura organizacional do poder executivo, respondendo às novas demandas geradas pelo crescimento populacional e pelas exigências de eficiência na gestão urbana (Vilhena, 2019). No entanto, como apontado em pesquisa do IFRO (2023), a desigualdade na distribuição de equipamentos urbanos e a falta de políticas públicas voltadas às populações periféricas ainda são desafios persistentes. Portanto, a análise da trajetória político-administrativa de Vilhena permite compreender como o município se consolidou como polo regional por meio de decisões estratégicas de planejamento territorial, gestão institucional e desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, evidencia as contradições e os dilemas da

urbanização na Amazônia, em que crescimento e exclusão coexistem no tecido urbano.

DESAFIOS DA MODERNIDADE: PLANEJAMENTO URBANO, INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE EM VILHENA

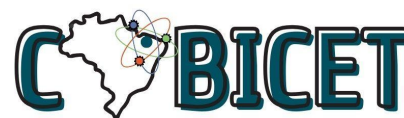
O crescimento acelerado de Vilhena nas últimas décadas, embora tenha consolidado o município como polo regional no Cone Sul de Rondônia, também trouxe consigo uma série de desafios estruturais que afetam diretamente a qualidade de vida de sua população. Entre os principais problemas enfrentados estão a desigualdade no acesso à infraestrutura urbana, a precariedade na mobilidade, a expansão desordenada e as tensões entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

A expansão de Vilhena, especialmente a partir dos anos 1980, ocorreu sem um planejamento urbano consolidado, levando à ocupação de áreas periféricas desprovidas de equipamentos públicos essenciais. Como observa Nunes (2018), o processo de urbanização polarizada favoreceu o desenvolvimento de áreas centrais, enquanto zonas mais afastadas permaneceram à margem dos investimentos, gerando um quadro persistente de exclusão territorial.

Esse desequilíbrio urbano não é resultado apenas do crescimento populacional, mas também da forma como o poder público municipal estruturou suas prioridades ao longo do tempo. A Lei nº 5.205/2019, que reorganizou a administração do Poder Executivo Municipal, representou uma tentativa de modernizar a gestão urbana, mas sua efetividade depende da articulação com políticas públicas integradas (Vilhena, 2019). De acordo com pesquisa do IFRO (2023), o acesso aos serviços urbanos ainda é desigual, e os moradores das periferias precisam percorrer longas distâncias para acessar escolas, postos de saúde e transporte público de qualidade.

O contexto de desigualdade urbana em Vilhena também se manifesta simbolicamente na distribuição dos espaços e nas referências que os constituem. Martins e Farias (2019) analisam a presença de nomes ligados à ditadura militar nas vias públicas como reflexo de um projeto de cidade que não dialoga plenamente com sua diversidade social e histórica, reforçando lógicas excludentes na organização dos territórios urbanos.

Além disso, o modelo de crescimento baseado na produção agropecuária, com destaque para a pecuária e o agronegócio, gerou impactos ambientais relevantes. Como demonstrado por Margulis (2003), em sua análise sobre o desmatamento na Amazônia, o avanço econômico em regiões como Rondônia está



frequentemente atrelado à conversão de áreas naturais em uso produtivo, muitas vezes sem considerar os princípios de sustentabilidade ambiental e justiça social. Essas transformações, quando associadas à mobilidade urbana precária e à ausência de planejamento ambiental, revelam a urgência de se repensar a lógica de expansão de Vilhena. Como afirmam Reis, Silva e Assis (2017), os desafios de infraestrutura e habitação são agravados pela fragilidade das políticas públicas voltadas para o ordenamento urbano, o que dificulta a construção de uma cidade mais justa e sustentável.

Diante desse cenário, torna-se essencial a implementação de planos diretores eficazes, que dialoguem com a realidade local e promovam a participação social nas decisões urbanas. A construção de uma cidade sustentável em Vilhena exige o enfrentamento das desigualdades territoriais, a valorização de sua memória coletiva e o investimento em políticas integradas de mobilidade, habitação e meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender os processos históricos, políticos e administrativos que marcaram a formação e o desenvolvimento urbano do município de Vilhena, inserido no contexto mais amplo da ocupação do estado de Rondônia. A partir da análise das dinâmicas de colonização, das ações do Estado na estruturação territorial da Amazônia e da evolução das políticas públicas locais, foi possível identificar os principais vetores que moldaram a cidade desde sua origem até os desafios que enfrenta na contemporaneidade. A investigação revelou que a construção da BR-364 e os programas federais de colonização não apenas facilitaram o fluxo migratório e a formação de núcleos urbanos, mas também instituíram um modelo de desenvolvimento marcado pela lógica da ocupação rápida e da produção em larga escala. Esse modelo, ao privilegiar interesses econômicos e estratégias geopolíticas, acabou por negligenciar aspectos sociais, culturais e ambientais essenciais à construção de cidades mais equitativas.

Em Vilhena, os efeitos dessa lógica tornaram-se evidentes na forma como o crescimento urbano se deu: acelerado, por vezes desordenado e frequentemente excludente. A consolidação da cidade como polo regional trouxe consigo conquistas em infraestrutura e economia, mas também acentuou desigualdades territoriais, sobretudo nas periferias urbanas. Os dados analisados apontam que a expansão não foi acompanhada, em igual medida, por um planejamento urbano integrado e por políticas públicas que garantissem o direito à cidade a todos os seus habitantes.

A trajetória político-administrativa de Vilhena evidencia, ainda, uma relação estreita entre as transformações institucionais e o projeto de cidade implementado ao longo das décadas. A estruturação da máquina pública e a ocupação simbólica do espaço — como a nomeação de ruas e avenidas — revelam permanências autoritárias e disputas por memória que ainda marcam o cotidiano urbano. Tais elementos, somados às fragilidades em infraestrutura, mobilidade e habitação, apontam para a necessidade urgente de revisão dos mecanismos de gestão e participação no planejamento territorial.

Conclui-se, portanto, que o estudo das transformações de Vilhena, articulado ao contexto de Rondônia e da Amazônia Legal, permite não apenas compreender os dilemas de uma cidade em crescimento, mas também propor caminhos para uma urbanização mais justa, democrática e sustentável. A reflexão crítica sobre os rumos da política urbana e da organização do espaço deve partir do reconhecimento das especificidades locais, valorizando a memória, a diversidade e o direito à cidade como pilares de um projeto verdadeiramente inclusivo.

REFERÊNCIAS

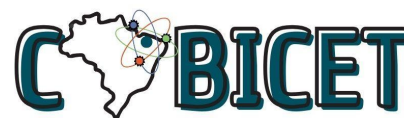
COY, Milton. Urbanização e geoeconomia de Rondônia. *Revista Geografar*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 20–52, 1988. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/download/22447/18461>. Acesso em: 24 abr. 2025.

GROMANN DE GOUVEIA, Carolina Teles; GOUVEIA NETO, Sebastião Carlos. A colonização de Rondônia e o projeto LOGOS II (1970-1990). *Interfaces da Educação*, Dourados, v. 13, n. 39, 2023. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4861>. Acesso em: 24 abr. 2025.

IFRO. O direito à cidade em Vilhena: o espaço urbano como forma de segregação. Vilhena, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifro.edu.br/items/d61b4fa5-ea82-48d8-8599-e4382c1ed664>. Acesso em: 24 abr. 2025.

MARGULIS, Sergio. Causes of deforestation of the Brazilian Amazon. Washington, DC: World Bank, 2003. (World Bank Working Paper, n. 22).

MARTINE, George. Brasil: um país de migrantes?. Brasília: IBGE, 1991.



MARTINS, Allysson; FARIAS, Khauane. Ditadores militares nas ruas de Vilhena (RO): história e memórias na constituição dos espaços públicos. Aturá: Revista Pan-Amazônica de Comunicação, Palmas, v. 3, n. 3, p. 131–145, 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/download/7666/16248/37258>. Acesso em: 24 abr. 2025.

NOGUEIRA, Thiago Farias et al. Dinâmica de uso e ocupação territorial do perímetro urbano de Vilhena-RO utilizando geotecnologias. Academia.edu, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/126532161>. Acesso em: 24 abr. 2025.

NUNES, Natan Gurkewicz. O crescimento de Vilhena-RO: analítica da polarização e da urbanização. Portal Unemat, 2018. Disponível em: <https://portal.unemat.br/media/files/PPGGEO/NATAN%20GURKEWICZ%20NUNES.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA. História de Vilhena. Vilhena, 2025. Disponível em: <https://vilhena.ro.gov.br/o-municipio>. Acesso em: 24 abr. 2025.

REIS, Helen Arantes dos; SILVA, Kleber da; ASSIS, Elias. Colonização e ocupação em Vilhena-RO (1960-1980): percursos e percalços históricos na constituição da educação vilhenense. Revista Educação e Formação, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 15–30, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/163>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SOUZA, José Alves de Oliveira. Colonização da década de 1970, Rondônia e a BR-364. Espaço em Revista, Catalão, v. 22, n. 1, p. 82–100, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/63286>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SOUZA, J. A. de Oliveira. Migração e território: a colonização e urbanização em Rondônia. Revista Espaço e Geografia, Catalão, v. 24, n. 1, p. 88–105, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/63286>. Acesso em: 24 abr. 2025.

VILHENA. Lei nº 5.205, de 16 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a estrutura administrativa básica do Poder Executivo do Município de Vilhena e dá outras providências. Vilhena, 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/estrutura-administrativa-vilhena-ro>. Acesso em: 24 abr. 2025.

WOJCIECHOWSKI, Júlio César. Dinâmica de uso e ocupação territorial do perímetro urbano de Vilhena-RO. Academia.edu, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/126532161>. Acesso em: 24 abr. 2025.